

XVI CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA JUSTIÇA DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (CMJPLOP)

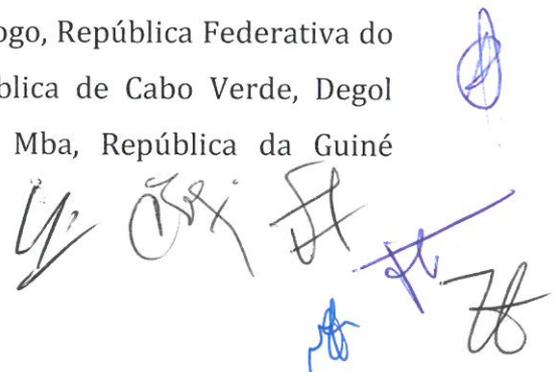
Santa Maria, 22 de novembro de 2019

ATA FINAL

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de 2019, teve lugar a XVI Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, na Ilha do Sal, Cidade de Santa Maria, na República de Cabo Verde. Os trabalhos decorreram conforme a agenda proposta pela Presidência *Pro tempore*, designadamente o Governo de Cabo Verde através do Ministério da Justiça e Trabalho.

Estiveram presentes os seguintes Representantes Oficiais: da República de Angola, S. Exa. Ministro da Justiça, Francisco Manuel de Queiroz, da República Federativa do Brasil, S. Exa. Secretário Executivo e Vice-Ministro da Justiça e Segurança Pública, Luiz Pontel de Souza, em representação do Ministro da Justiça e Segurança Pública da República Federativa do Brasil, S. Exa. Ministra da Justiça e Trabalho, Janine Tatiana Santos Lélis, da República de Cabo Verde, S. Exa. Assessor Principal da Ministra da Justiça e dos Direitos Humanos, Vasco Manuel Evangelista Biaguê, em representação da Ministra da Justiça e dos Direitos Humanos, da República da Guiné-Bissau, S. Exa. Diretor Geral do Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica, Justino Ernesto Tonela, em representação do Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, da República de Moçambique, S. Exa. Secretário do Estado Adjunto e da Justiça, Mário Belo Morgado, em representação da Ministra da Justiça, da República Portuguesa, S. Exa. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, Ivete dos Santos Lima Correia, República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Estiveram presentes os respetivos Correspondentes Nacionais: Júlio Borges Sebastião Albino, República de Angola, Georgia Renata Sanchez Diogo, República Federativa do Brasil, Suleina Cristina Lopes da Silva Delgado, República de Cabo Verde, Degol Mendes, República da Guiné-Bissau, Carlina Pereira Mba, República da Guiné



Equatorial, Manuel Henriques Ramos, República de São Tomé e Príncipe, João Pedro Arsénio de Oliveira, da República Portuguesa, da República Democrática de Timor-Leste, Nelinho Vital.

Estiveram ainda presentes: S. Exa. Docilio Joaquim Bento – Diretor Nacional da Administração da Justiça de Angola, S. Exa. Benvindo do Rosário Figueiredo Oliveira – Diretor Geral da Política de Justiça de Cabo Verde, S. Exa. Simone Fernandes – Juíza Federal e Secretária Geral do Conselho de Justiça Federal do Brasil, S. Exa. César Cupertino - Assessor do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil, S. Exa. Mariano Obiang Molo Afuy – Agregado Administrativo da Embaixada da Guiné Equatorial em Portugal, S. Exa. Maria Márcia Rungo – Assessora do Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos de Moçambique, S. Exa. Maria Luísa Pacheco – Subdiretora Geral da Direção Geral da Política de Justiça de Portugal, S. Exa. Mário Mendão - Assessor Jurídico do Secretariado Executivo da CPLP, em representação do Secretário Executivo da CPLP, S. Exa. Francisco Ferreira dos Santos e Silva- Juiz de Direito, Presidente do Tribunal da Primeira Instância de São Tomé e Príncipe.

A Ministra da Justiça e Trabalho de Cabo Verde, deu as boas vindas a todos e realçou a importância e a especificidade da CMJPLOP.

De seguida, a S. Exa. Senhor Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Ulisses Correia e Silva, fez o uso da palavra, dando as boas vindas a todas as delegações participantes e convidados para a sessão de abertura da XVI CMJPLOP.

Frisou que este fórum constitui uma oportunidade para reflexão conjunta de questões importantes e atuais que dizem respeito ao funcionamento da justiça, e que o comprometimento do Estado, enquanto principal promotor de políticas neste sector, deve ser demonstrado, em ações concretas e sistemáticas que possam acautelar e garantir efetividade e eficácia no funcionamento da justiça.

Solicitou ainda, o apoio dos Estados-Membros à iniciativa de Cabo Verde de criação de uma Comissão para a elaboração de um Projeto de Convenção que Dispensa a necessidade de Legalização de Documentos emitidos por um Estado-Membro da CPLP e destinados a serem apresentados no território de outro Estado-Membro, como também o apoio à iniciativa de Portugal para a constituição de uma Comissão de Trabalho para matérias relativas aos Assuntos Legislativos.

Enfatizou ainda, no âmbito do tema da XVI CMJPLOP, a importância da aliança no combate ao cibercrime, visto tratar-se de uma matéria atual e uma ameaça global.

Declarou aberta a XVI Conferência dos Ministros de Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, desejando uma boa jornada de trabalho, boa estadia a todos.

Logo após a intervenção de S. Exa. Primeiro-Ministro, todos os Ministros Representantes Oficiais dos Ministros dos Países de Língua Oficial Portuguesa foram convidados a se posicionarem para a Foto Oficial da XVI CMJPLOP.

Retomaram-se de seguida, os trabalhos, S. Exa. Senhor Secretário Executivo do Brasil, Senhor Luiz Pontel de Souza, na qualidade de Presidente cessante, endereçou os cumprimentos à Ministra da Justiça e Trabalho de Cabo Verde, agradecendo o caloroso acolhimento.

Lamentou a ausência de S. Exia. Ministro da Justiça do Brasil tendo em conta, que está sendo apresentada no Congresso, uma série de propostas legislativas da responsabilidade do Ministério que o mesmo dirige, e que exige a sua presença efetiva.

Reconheceu que a XVI CMJPLOP contribui em muitos aspetos para o melhoramento da justiça, e que no decorrer dos anos muitos obstáculos naturais já foram superados.

Destacou ainda os programas desenvolvido com a Presidência do Brasil nomeadamente a adesão coletiva à campanha “Coração Azul” sobre a luta contra o tráfico de pessoas, a capacitação em várias vertentes de combate, como a corrupção, e o branqueamento de capitais.

Ainda, tendo em conta o tema da Conferência, demonstrou a importância de instrumentos internacionais que auxiliam os países no combate aos delitos cibernéticos, como é a Convenção de Budapeste, considerando ser este delito um desafio de todos.

Concluiu, agradecendo a todos pelo apoio à presidência brasileira desejando a todos um bom trabalho e fortalecimento dos laços que nos unem.

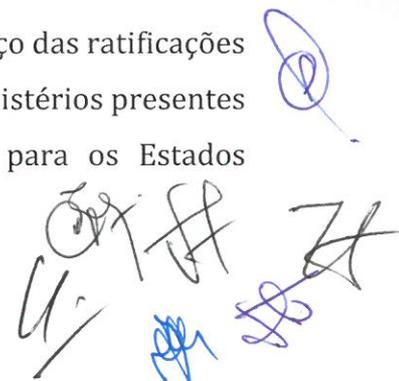
De seguida, na condição de Presidente da CMJPLOP, apresentou a Agenda da XVI Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa (CMJPLOP), que foi aprovada por unanimidade.

Subsequentemente, foi passada a palavra a S. Exa. Secretária-Geral da Conferência, Geórgia Diogo, que fez a apresentação do Relatório da Presidência do Brasil na CMJPLOP que teve como tema “a consolidação da cooperação jurídica internacional no espaço CPLP” elencando as atividades desenvolvidas como também os resultados derivados dos mesmos. A instância ministerial, ocorrida em junho de 2017, foi precedida das Comissões de Trabalho.

A Representante lembrou, ainda, o tema da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP para o biênio da presidência brasileira: “A CPLP e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” e a convergência com o tema da cooperação jurídica na CMJPLOP, em especial o ODS 16. Ainda, ressaltou a importância da adesão dos Estados Membros da CMJPLOP à campanha das Nações Unidas “Coração Azul” contra o tráfico de pessoas.

A Secretária Geral recordou os documentos assinados na ocasião, em especial, o Protocolo Adicional no. 3 ao Acordo de Cooperação, cuja cópia autenticada foi entregue a todos os países.

Em matéria de Cooperação jurídica na área penal, expressou o avanço das ratificações da Convenção Judiciárias da CPLP e ressaltou a importância dos Ministérios presentes de procederem a designação oficial das autoridades centrais, para os Estados Membros que ainda não o fizeram.



Subsequentemente, na qualidade de Presidente cessante, S. Exa. Secretário Executivo e Vice-Ministro da Justiça e Segurança Pública, Luiz Pontel de Souza, passou a Presidência da CMJPLOP, à S. Exa. a Ministra da Justiça e Trabalho da República de Cabo Verde, Janine Tatiana Santos Lélis, desejando sucesso.

Seguidamente passou-se a palavra à Sua Excelência a Senhora Ministra da Justiça e Trabalho de Cabo Verde, que renovou os cumprimentos aos Ministros e Chefes de delegação, enaltecendo as suas presenças como sinal de engajamento profundo para com a CMJPOLP.

Agradeceu também o contributo importante e laborioso feito pelo Brasil durante a sua presidência, pelas grandes contribuições.

Expressou que Cabo Verde recebe a presidência com satisfação, sentido de compromisso e para continuar os esforços do desenvolvimento da conferência perspetivando bons resultados.

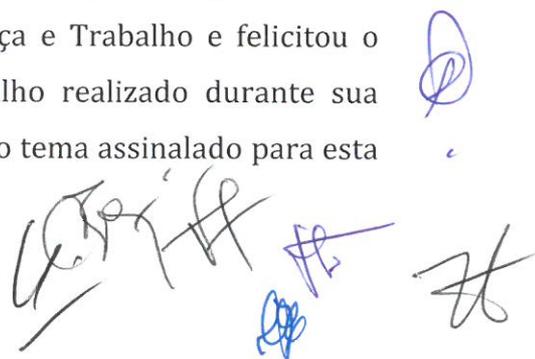
Ressaltou o tema da conferência, "Combater o Cibercrime: um novo desafio para a justiça".

Apresentou, em seguida, o plano de trabalho da Presidência Cabo-Verdiana, e propôs atividades para o próximo biénio, nomeadamente, o seguimento dos trabalhos das Comissões propostas e demais vigentes, o reforço da capacitação sobre o combate ao cibercrime em parceria com o Conselho da Europa e o seguimento do Projeto PACED, concretamente sobre a evolução das Plataformas.

A Ministra da Justiça e Trabalho, na condição de Presidente da CMJPLOP e cumprindo o regimento da Conferência designou a Dra. Suleina Cristina Lopes da Silva Delgado como Secretária-geral da Conferência.

Seguidamente foi dada a palavra aos Chefes de Delegação para intervenção.

A S. Exa. o Ministro da Justiça de **Angola**, Francisco Manuel Queiroz agradeceu ao Governo de Cabo Verde na pessoa da Ministra da Justiça e Trabalho e felicitou o Governo da República Federativa do Brasil pelo trabalho realizado durante sua presidência. Enfatizou o importante papel da CMJPLOP e o tema assinalado para esta



ano, e sua pertinência e atualidade. Referiu aos avanços legislativos e institucionais de Angola na prevenção e combate ao cibercrime apelando ao reforço da cooperação colateral e multilateral para fazer face a esse fenómeno.

De seguida, S. Exa. Assessor Principal, Vasco Manuel Evangelista Biaguê, em representação da Ministra da Justiça e dos Direitos Humanos da **Guiné-Bissau** transmitiu a mensagem de que não lhe foi possível estar presente na XVI CMJPLOP. Realçou a pertinência do tema escolhido para a XVI CMJPLOP, falando dos ganhos que o mesmo traz para todos os Estados-Membros, informando as dificuldades e os mecanismos adotados para combater e prevenir o cibercrime no país.

Subsequentemente, Sua Excelência Diretor Geral do Instituto do Património e Assistência Jurídica, Justino Ernesto Tonela, em representação do Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos da **República de Moçambique**, ressaltou o trabalho realizado no âmbito da Comissão de Trafico de Pessoas na presidência brasileira, frisou, ainda, que a CMJPLOP deve continuar a ser um espaço de partilha e alinhamento de políticas comuns nas áreas jurídicas e judiciais.

Na sequência, S. Exa. Secretário, do Estado Adjunto e da Justiça, Senhor Mário Belo Morgado, em representação da Ministra da Justiça, da **República Portuguesa**, expressou ser o combate ao cibercrime um desafio de todos Estados-Membros, pois as novas Tecnologias de Informação e Comunicação tem um profundo impacto no desenvolvimento, na interação e na governação, mas também facilitam atividades criminosas. Finalizou, ressaltando ter esperança que a XVI CMJPLOP, possa dar impulso necessário para criar um sistema de combate ao cibercrime.

A S. Exa. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, Senhora Ivete Santos Lima Correia, da República de São Tomé e Príncipe, agradeceu o Governo Cabo-Verdiano pelo convite endereçado e de igual modo, a Presidência Brasileira pelo árduo trabalho, dedicação e empenho durante o tempo da sua governação. informou que seu país tem envidado esforço no sentido de prevenir e combater o cibercrime, inclusive possui uma lei específica sobre essa matéria.

As delegações presentes agradeceram o trabalho realizado pela Presidência brasileira no último biénio.

Os chefes das delegações presentes acordaram com as propostas de criação das comissões de trabalho: para a elaboração de um Projeto de Convenção que Dispensa a necessidade de Legalização de Documentos emitidos por um Estado Membro da CPLP e destinados a serem apresentados no território de outro Estado Membro e a Comissão de Assuntos Legislativos, apresentados por Cabo Verde e Portugal, respetivamente.

A S. Exa. o Secretário de Estado de Portugal, não obstante concordar com a importância do projeto, ressaltou, pelo fato de pertencerem à União Europeia existe a necessidade de calcular eventuais contradições ao nível jurídico, pelo que o trabalho a desenvolver nesse âmbito, deve ter em conta o referido.

Na sequência, foi projetado um vídeo de S. Exa. o **Secretário-Executivo da CPLP**, Embaixador Francisco Ribeiro Telles, pelo qual reiterou todo o apoio ao processo de integração da Conferência dos Ministros da Justiça da CPLP e destacou a Conferência como Reunião Ministerial da CPLP, lembrando que, o quadro orientador para as Ministeriais não colide com as prerrogativas estatutárias de autorregulação inerentes a todos os órgãos da CPLP, e que nesta perspetiva, não se torna necessário prescindir da sua autonomia financeira ou do seu secretariado permanente. Frisou, ainda, a importância da participação igualitária dos Estados-Membros nos trabalhos.

Apontou alguns temas que na perspetiva do Secretariado Executivo, merecem a atenção desta ministerial, nomeadamente, as Convenções Judiciárias de 2005, sobre apoio judiciário, extradição e transferência de pessoas condenadas entre Estados - membros da comunidade que já regista avanços necessários nos processos para a tramitação dos pedidos no quadro das Convenções em São Tomé e Príncipe e Timor-Leste e exortou aos outros Estados -membros que ainda não fizeram, possam retificar as Convenções e nomear as autoridades para tramitação dos pedidos.

Seguidamente, foi dada a palavra à Secretária Geral Adjunta da **COMJIB** – Conferência dos Ministros da Justiça Ibero-americanos, Maria Luiza Pacheco, que leu a carta do Senhor Secretário Geral Enrique Gil Botero, pela qual propôs a realização de evento

conjunto entre a COMJIB e a CMJPLOP, iniciativa respaldada pela delegação brasileira, também como membro dos dois foros, e acolhida e aplaudida por todos os demais Chefes de Delegação.

Após a pausa para o almoço, procedeu-se à apresentação do Projeto de Apoio a Consolidação do Estado do Direto (**PACED**), feita pelo respetivo Coordenador, S. Exia. Senhor João Campos, quem expressou seu contentamento pelo acolhimento do PACED, no seio da CPLP, que também coincide com o lançamento do Guia.

A Ministra da Justiça submeteu à aprovação os documentos do PACED (Anexos 1 e 2) declarando-os aprovados por unanimidade.

Procedeu-se seguidamente à apresentação do **LEGIS-PALOP+TL**, feita pela respetiva Coordenadora, S. Exa. Teresa Amador, quem fez um enquadramento relativo a criação e evolução do projeto LEGIS-PALOP+TL.

No seguimento a Ministra da Justiça e Trabalho de Cabo Verde denotou a proposta feita a Conferência no sentido de se estabelecer um prazo de três meses para que os Estados que participam do LEGIS PALOP+TL revejam o Regulamento desta por via de representantes mandatados pelos Ministros da Justiça.

Seguidamente, Sua Exa. Manuel Pereira, Coordenador do C-PROC, Conselho da Europa fez a apresentação das principais conclusões do Seminário Internacional sobre o “Cibercrime e prova Eletrónica: harmonização de legislação e a Convenção de Budapeste na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa “(CPLP). Falou sobre o projeto Glacy + que tem como objetivo principal fortalecer a capacidade dos estados membros em na aplicação de legislação sobre a criminalidade. As delegações aprovaram o documento de conclusões e recomendações emanado do referido seminário.

Fez-se a leitura, durante a Conferência, da **Declaração de Santa Maria**, sendo esta assinada pelos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa e Representantes Oficiais dos Ministros.

Juntou-se cópias dos discursos que estão anexadas à presente ata.



Por fim, fez-se a leitura e a assinatura da presente Ata, que foi assinada pelos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa e Representantes Oficiais dos Ministros.

Santa Maria, aos 22 de novembro de 2019.

Francisco Manuel de Queiroz
S. Exa. Ministro, da Justiça
República de Angola

Luiz Pontel de Souza
S. Exa. Secretário Executivo
Em representação do Ministro da Justiça e Segurança Pública
República Federativa do Brasil

Janine Tatiana Santos Lélis
S. Exa. Ministra da Justiça e Trabalho
República de Cabo Verde

Vasco Manuel Evangelista Biaguê
S. Exa. Assessor Principal, da Ministra da Justiça e dos Direitos Humanos
Em representação da Ministra da Justiça e dos Direitos Humanos
República da Guiné-Bissau

Justino Ernesto Tonela
S. Exa. Diretor Geral do Instituto do Patrocínio e Assistência Jurídica
Em representação do Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos
República de Moçambique

Mário Belo Morgado

S. Exa. o Secretário de Estado Adjunto e da Justiça
Em representação da Ministra da Justiça
República Portuguesa

Ivete dos Santos Lima Correia

S. Exa. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos
República Democrática de São Tomé e Príncipe